



MPV 302

00022

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA <b>03/07/2006</b>	PROPOSIÇÃO <b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 302/2006</b>
AUTOR <b>DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ</b>	Nº PRONTUÁRIO <b>337</b>
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA    2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4 <input type="checkbox"/> ADITIVA    9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA <b>01/01</b>	ARTIGO <b>17</b>
PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA	

O Art. 17 da MP 302, de 2006, que dá nova redação ao Art. 3º da Lei nº 10.910, de 6 de dezembro de 2002, ter a seguinte redação:

"Art. 3º. A Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária – GDAT de que trata o art. 15 da Lei nº 10.562 de dezembro de 2002, devida aos integrantes das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho, é transformada em Gratificação de Atividade Tributária incidente sobre o maior vencimento básico de cada cargo das carreiras.

" (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O princípio de que para **TRABALHO IGUAL – REMUNERAÇÃO IGUAL** universalmente aplicado, é previsto na legislação brasileira há mais de 63 anos – Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, em seus arts. 5º e 461. Em ambos os artigos é reafirmando o primado básico do reconhecimento do trabalho em igualdade de condições.

A disposição do art. 3º da Lei nº 10.910, de 6 de dezembro de 2002, é a negativa deste princípio, pois ao assegurar o pagamento da GAT pelo **vencimento básico** dos Auditores permite que servidores trabalhem nas mesmas atividades, executando iguais ações mas ganhando diferenciadamente.

Igualmente, a MP 302, de 2006, neste particular da GAT é discriminatória, pois quanto a outra gratificação, a GIFA prevista no art. 4º da mesma Lei nº 10.910, de 6 de dezembro de 2002, esta é conferida pela incidência do percentual sobre o **maior vencimento básico de cada cargo das carreiras citadas**.

A fim de promover o respeito ao princípio universal de que para **TRABALHO IGUAL – REMUNERAÇÃO IGUAL** a presente Emenda à MP nº 302, de 2006, mantém a coerência da legislação remuneratória, estabelecendo que ambas as vantagens tenham como base de cálculo o **maior vencimento básico de cada cargo das carreiras citadas**.

Com esta Emenda busca-se também ampliar o grau de atratividade das carreiras alcançadas por essa iniciativa. Ao estabelecer a igualdade de remuneração pelo **mesmo trabalho executado** pelos servidores de todas as classes e padrões se reconhece seus esforços no desempenho de suas atividades no serviço público prestado.

Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres Pares à emenda sob justificativa. Cumpre-nos acrescentar de que a presente emenda nos foi sugerida pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Previdência Social - ANFIP

ASSINATURA

**Arnaldo Faria de Sá - Deputado Federal - São Paulo**

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS